

Presidente dos Correios anuncia demissão e envia carta

O presidente dos Correios, general da reserva Juarez Cunha, anunciou em seu perfil no Twitter a sua saída da presidência da estatal. Virtualmente demitido na sexta-feira, dia 14, Cunha foi trabalhar normalmente na segunda-feira, 17, como informou o jornal O Estado de S. Paulo. “Só vou sair daqui a hora que chegar oficialmente, aí eu saio, senão, não saio não”, disse ele nesta terça-feira, 18, em evento fechado da empresa ao qual o jornal teve acesso. Na rede social, Cunha escreveu que seu período à frente da estatal foi composto de “7 meses de alegria”, com a obtenção de “excelentes resultados” e a “recuperação da empresa”. Gabriel Wainer/Estadão Conteúdo



ACM Neto envia para Câmara de Vereadores minirreforma da Previdência

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), enviou para a Câmara de Vereadores uma proposta de mini-reforma da Previdência. A matéria institui a “Previdência Complementar” na gestão soteropolitana.

“Na verdade, hoje boa parte das administrações no Brasil, inclusive, é o caso do estado da Bahia, tem a sua Previdência complementar exatamente para dar tratamento distinto aos servidores que já estão no serviço público e aqueles que ainda

vão ingressar. Uma das coisas que seria alternativa para a prefeitura seria promover uma segregação completa de massas. Eu não fiz isso exatamente pelo impacto que teria nas contas públicas do município a médio prazo. Agora, a medida de criar a Previdência complementar, de um fundo específico para os novos servidores, me parece algo absolutamente atual e mais do que isso é inevitável para todas as administrações”, argumentou Neto, em entrevista à imprensa.

Segundo a administração soteropolitana, estimativas do Demonstrativo do Resultado da Avaliação

Atuarial (DRAA) apontam que o déficit atuarial da previdência municipal chegou a aproximadamente R\$ 8 bilhões por ano, valor que supera o orçamento anual do município. De acordo com o secretário de Gestão, Thiago Dantas, a prefeitura vem trabalhando e adotando medidas gerenciais para diminuir esse déficit. “Em 2018, obtivemos uma redução de 10% em relação a 2017, contudo ainda supera o orçamento municipal. Desta forma precisamos de medidas integradas para reverter essa situação”, salientou Dantas. A proposta do novo regime será facultativa para todos os servidores, contu-



O PREFEITO de Salvador, ACM Neto (DEM), enviou para a Câmara de Vereadores uma proposta de minir-reforma da Previdência

do os novos empossados, caso não queiram aderir, deverão se aposentar pelo teto previsto pelo regime geral da Previdência.

Ontem, o coordenador do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador (Sindseps), Everaldo Braga, disse que recebeu a proposta com surpresa. “O sindicato, os trabalhadores estão vendo isso com muita cautela, com muita tristeza, até

porque nós temos a nossa previdência e lutamos pelo fortalecimento dela. Então, a gente está vendo isso com muita surpresa, indignação e preocupação”, declarou.

O prefeito enviou a matéria para o Legislativo soteropolitano no momento em que tem defendido que a Câmara dos Deputados não inclua municípios e estados na reforma da Previdência. Nos bastidores, o

comentário é que ACM Neto quer pressionar o governador Rui Costa (PT) a declarar apoio formal ao texto. “Está mais do que na hora dele (Rui Costa), sair de cima do muro. O governador está tendo uma postura que eu considero e diria até irresponsável, porque não é razoável que alguém que governa não tenha posição por um tema tão importante como esse”, afirmou recentemente Neto.

Leal critica penúria financeira de estados e municípios



EM ITUBERÁ, Nelson Leal pediu uma revisão do Pacto Federativo para desafogar os cofres estaduais e municipais

TDA REDAÇÃO

Durante ato de inauguração da Unidade Básica de Saúde Roberto Baiardi, no município de Ituberá – Território de Identidade Baixo Sul -, o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), deputado Nelson Leal (PP), reiterou a situação de penúria em que se encontram os cofres dos estados e municípios brasileiros. O chefe do Legislativo baiano voltou a cobrar uma urgente revisão do Pacto Federativo, para quem a injusta divisão da receita nacional entre os entes federativos – municípios, estados e União -, com enorme concentração da receita em

favor da União, tem prejudicado a gestão das cidades e Estados do país.

“A entrega dessa moderna Unidade de Saúde, que vai atender em 100% às necessidades na atenção básica à saúde dos ituberenses, engrandece ainda mais o trabalho da prefeita Iramar Costa. Essa unidade de saúde, construída inteiramente com recursos próprios, mostra não apenas a preocupação da prefeita com a saúde de sua gente. Revela também austeridade com a coisa pública e muita capacidade de promover a gestão financeira municipal, entregando obras, com tão poucos recursos”, enfatizou, Nelson Leal.

Ao lado do titular da

Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Josias Gomes, Nelson Leal condenou quatro pontos do texto da Reforma da Previdência do governo federal, especialmente aqueles que levam à bancarrota a economia de mais de 70% dos municípios baianos.

“Reduzir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é injusto socialmente e condena os beneficiários à miséria eterna. Assim como é inaceitável mexer com a aposentadoria do trabalhador rural. O BPC e a aposentadoria rural injetam mais recursos que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 313 das 417 cidades da Bahia. É o mesmo que condenar ao colap-

so não apenas essas pessoas, mas também toda a economia desses municípios”, explicou Nelson Leal. Presidente da AL-BA destacou ainda ser contra o regime de capitalização e a retirada da Previdência Social da Constituição Federal. “Reconheço a necessidade de se reformar a Previdência Pública, mas não acabá-la. E o custo dessas mudanças não pode, sob qualquer pretexto, recair sobre os ombros daqueles que têm menos, dos mais pobres. Essa proposta somente favorece aos bancos”, sublinhou, o chefe do Legislativo estadual. A Unidade Básica de Saúde custou cerca de R\$ 150 mil, construída com recursos da Prefeitura.

Secretaria de Governo vai concentrar articulação política no Congresso

AGÊNCIA BRASIL

Foi publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU) a Medida Provisória (MP) nº 886, editada pelo presidente Jair Bolsonaro, que faz novas mudanças na estrutura administrativa do governo. Entre as alterações, está a redistribuição de competências entre a Casa Civil, a Secretaria de Governo e a Secretaria Geral da Presidência da República, pastas com atuação direta no Palácio do Planalto.

A partir de agora, a articulação política com o Congresso Nacional ficará a cargo da Secretaria de Governo, e não mais com a Casa Civil, que até então mantinha

duas secretarias especiais, uma para a Câmara e outra para o Senado, para cuidar dessa interlocução. Caberá ao novo ministro, Luiz Eduardo Ramos, fazer a articulação do governo com parlamentares. Ontem (18), ele disse que é necessário construir pontes com o Legislativo. Por outro lado, a pasta comandada por Onyx Lorenzoni recebeu a Secretaria do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), que cuida das privatizações e concessões do governo, e que antes estava alocada justamente na Secretaria de Governo.

A Secretaria Geral da Presidência vai herdar outras atribuições deslocadas da Casa Civil, entre elas a

Subchefia de Assuntos Jurídicos, que analisa a legalidade de atos assinados pelo presidente, como decretos e medidas provisórias, e a Imprensa Nacional, órgão responsável pela publicação do Diário Oficial da União. As mudanças promovidas pela nova MP tem validade imediata, mas ela precisa ser aprovada em até 120 dias pelo Legislativo ou perderá o efeito. A MP 886 altera mais uma vez a MP 870, já convertida em lei, e que reduziu o número de ministérios de 29 para 22. A reforma administrativa do governo Bolsonaro foi editada no dia 1º janeiro e aprovada no mês passado pelo Congresso Nacional.

Assim como havia sido previsto originalmente na re-

forma administrativa, a nova MP coloca de volta a demarcação de terras indígenas sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura. Na análise da MP 870 no Congresso, os parlamentares devolveram a demarcação à Fundação Nacional do Índio (Funai), que também voltou a ser incorporada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. A MP 886 mantém ainda o Conselho de Controle de Atividades Financeira (Coaf) do Ministério da Economia, como foi definido pelo Congresso Nacional. Essa transferência foi objeto de embate entre governo e parlamentares. Na reforma administrativa promovida pelo governo, o Coaf foi deslocado para o Ministério da Justiça.



FOI PUBLICADO ontem, no Diário Oficial, a Medida Provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro que faz novas mudanças na estrutura administrativa do governo

Tribunal da Lava Jato diminui pena de Bendine



8ª TURMA do TRF4 manteve condenação por corrupção passiva ao ex-presidente da Petrobras, mas o absoluiu do crime de lavagem de dinheiro

REDAÇÃO

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) diminuiu ontem a pena do ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras, Aldemir Bendine. Condenado na Operação Lava Jato, em 1ª instância, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Bendine teve a pena de 11 anos de reclusão revisada para 7 anos, 9 meses e 10 dias. Os desembargadores absolveram o ex-presidente da Petrobras do crime de lavagem de dinheiro. O julgamento da apelação criminal foi

concluído ontem, após pedido de vista do desembargador federal Victor Luiz dos Santos Laus.

As informações foram publicadas no site do TRF4. De acordo com a denúncia do Ministério Público Federal, a Odebrecht teria pago propina de R\$ 3 milhões entre junho e julho de 2015 a Bendine, então presidente da Petrobras, em decorrência de seu cargo. Após o recebimento dos valores, o réu teria dado início a movimentações internas na estatal com o intuito de favorecer o Grupo Odebrecht.

Segundo a Lava Jato, a

vantagem indevida teria sido solicitada por Bendine quando ele ocupava o cargo de presidente do Banco do Brasil em decorrência de uma operação de crédito em favor da Odebrecht Agroindustrial. Os dirigentes da Odebrecht, no entanto, só teriam concordado em pagar após Bendine assumir a presidência da Petrobras. Em março de 2018, o então juiz federal Sérgio Moro (atualmente ministro da Justiça e Segurança Pública) condenou Bendine a 11 anos de reclusão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A defesa do ex-presiden-

te da estatal recorreu da sentença ao Tribunal pedindo absolvição ou diminuição de pena. Os advogados alegaram que conjunto probatório dos autos não comprovava a suposta participação do réu na solicitação e recebimento de vantagens indevidas, o que deveria absolvê-lo do crime de corrupção passiva. Ainda sustentaram que o suposto mero repasse de valores em dinheiro vivo a Bendine não configurava a prática de lavagem. A 8ª Turma absolveu Bendine de lavagem de dinheiro por entender que os atos não implicaram ocultação de patrimônio.